

“Não sou eu uma professora?”

Maria Simone Euclides¹

Joselina da Silva²

Bem, crianças, onde há muita algazarra, deve haver alguma coisa fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do sul e mulheres do norte, todos falando sobre direitos... os homens brancos vão estar em uma enrascada rapidinho. Mas sobre o que estamos falando aqui? Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, serem levantadas sobre valas e ter o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, ou me deu qualquer “melhor lugar”! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Arei a terra, plantei, juntei a colheita nos celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! **E não sou eu uma mulher?** Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e suportar o chicote também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! **E não sou uma mulher?** Daí eles falam dessa coisa na cabeça... como eles chamam isso? Intelecto. É isso mesmo, querido. Bem, o que isso tem a ver com os direitos das mulheres? Ou com o direito dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, não seria maldade não deixar que eu tenha minha meia medida cheia? E aí vem aquele homenzinho de preto ali e diz: “Mulheres não podem ter os mesmos direitos que homens porque Cristo não era mulher!” Ora, de onde veio o seu Cristo? De onde veio o seu Cristo? De Deus e de uma mulher! Homens não tiveram nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o

¹ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (DPE-UFV). E-mail: maria.euclides@ufv.br.

² Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: joselinajo@yahoo.com.br.

bastante para virar o mundo de cabeça para baixo sozinha, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de colocar ele de cabeça pra cima de novo! E agora que elas estão pedindo para fazer isso, é melhor os homens deixarem!

Sojourner Truth, 1851 (grifos da autora).

Considerações iniciais

Quando penso que somos as primeiras e talvez as únicas mulheres na família a galgar e conquistar algum título acadêmico, como por exemplo um doutorado, me pergunto: será que as demais mulheres que desejaram um dia essa conquista não conseguiram porque não foram suficientemente “boas” para tal? Será que as portas simplesmente se abrem se você tem consigo só o querer? Analisando *pari passu* o contexto no qual as relações raciais bailam e se confrontam, percebe-se que o mito da “democracia racial e social” ainda impera sobre a sociedade e, além disso, se incorpora nas mentalidades e projeções sobre si e os outros. Toda a dimensão das possibilidades concretas e oportunidades no mundo do trabalho perpassam o viés não somente de classe, como também as nuances raciais e de gênero.

Em uma discussão análoga ao discurso “Não sou eu uma mulher” de Sojourner Truth, o presente artigo tem por objetivo analisar e entender as tessituras realizadas por mulheres negras doutoras e que hoje atuam como professoras universitárias e efetivas em instituições de Ensino Superior na região Nordeste do Brasil, no estado de Fortaleza. Trata-se de um recorte da pesquisa de doutorado intitulada “Mulheres negras, doutoras e professoras universitárias: trajetórias e conquistas”, defendida em 2017 junto ao Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A partir da realização de entrevistas semi estruturadas junto a

nove docentes de universidades públicas federais e estaduais, dialogamos sobre o que é ser professora negra, suas nuances, desafios e provocações. Trata-se de mulheres negras que ultrapassaram as barreiras visíveis e invisíveis que impedem êxitos em suas travessias profissionais no universo acadêmico e que por esse motivo, enfrentarão estranhamento e desajustamento por serem mulheres negras nos espaços em que se inserem. Gomes (2003) dirá que a “surpresa” é uma forma de situar o docente como “fora-do-lugar”. Os estudos de Ribeiro (2001) afirmam que “o negro quando se insere em espaços privilegiados, é visto como se estivesse fora do lugar, daí a dificuldade em ser reconhecido”, e que ser negro “é viver tensamente, e estar sempre lembrando o outro que merece respeito”.

Hooks (1995) também analisa essa inserção e, ao mesmo tempo, a ausência de intelectuais e (ou) docentes negras, vai discorrer sobre o imaginário e a internalização das representações negativas sobre o que é ser mulher negra na sociedade. Como ela mesma argumenta, “a insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas independentemente de nosso status no trabalho ou carreira, assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras, talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais” (p. 470).

Como bem salienta a docente Dandara, ser mulher e ser professora parece que já vem algo, já de tempos (consolidado), como se não fosse um lugar deslocado, uma mulher ser professora, agora, uma mulher negra ser professora, eu não estou falando de qualquer professora, eu estou falando de professora de nível superior... Trata-se de uma ausência reificada pelos órgãos públicos e de certa forma não questionada e problematizada quanto ao quesito do ingresso como professoras universitárias e o desafio enfrentado no cotidiano nas/das

instituições de ensino superior³.

Assim, neste artigo, buscamos discorrer sobre o que é ser professora negra, nos ditos espaços desse “não lugar” esperado, projetado e imaginado para mulheres negras em um país com resquícios e insurgência do preconceito e discriminação racial. Quais são os estereótipos presentes nessa construção da docência negra e profissional de mulheres de cor? Para tanto, baseamos nossa pesquisa em narrativas de professoras negras e doutoras, que atualmente são professoras universitárias nas instituições de ensino: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Universidade da Lusofonia Brasileira e Universidade Regional do Cariri.

Sobre a corporeidade negra – Constructos raciais desiguais

Fazemos parte de um constructo social no qual os afrodescendentes ainda são estereotipados cotidianamente. A célebre discussão já levantada por Munanga (2004) em seu livro “Negritude, usos e sentidos”, sobre o discurso da incapacidade intelectual e moral dos (as) negros (as), encontra-se enraizada na dimensão cultural e nas relações interpessoais. Assim, as combinações binárias e hierárquicas (branco x negro, homem x mulher, desenvolvido x subdesenvolvido, superior x inferior) acabam por delimitar a separação clara do “nós” e do “outro”. O “outro” que não se “enquadra” no “nós”, por motivos “hierarquicamente e culturalmente criados”, que, conseqüentemente, levam a sucessivas exclusões e desvantagens.

Desta forma, a um grupo é dado o “direito de gerir”, representar e assumir determinados postos na sociedade, enquanto a outros é

³ A título de ilustração, desde o início desta pesquisa, no ano de 2015, entramos em contato com as universidades públicas do estado do Ceará, para sabermos o perfil dos docentes por gênero e raça e obtivemos informações da instituição- Universidade Estadual do Ceará, a qual apresentou o número completo de servidores, sem a delimitação do perfil étnico racial, gênero e o grau de escolaridade dos mesmos. Segundo a instituição, são 539 servidoras.

relegada a subserviência ou a “aceitação do lugar que para nós foi reservado”. Por isso, causa certo estranhamento quando essa lógica dos lugares se modifica a partir das novas configurações e demarcações, quando grupos até então localizados abaixo na linha divisória rompem esses “limites” e passam a reivindicar o seu lugar, que é seu por direito! E também é uma professora!

No que tange a presença das mulheres negras no ensino superior como professoras universitárias, as narrativas trazem o debate ainda caro a sociedade brasileira, a saber, a persistência do racismo e do sexismo nas relações interpessoais conjugadas a atos explícitos de preconceito e discriminação vivenciados cotidianamente. Nas entrevistas, tais dimensões aparecem sob duas formas: a mulher negra que deve provar sua capacidade intelectual para estar nesse lugar (professora universitária), leia – se um lugar ocupado por *mentes iluminadas* (Silva, 2013); e a legitimidade científica de suas pesquisas.

Oportunamente, cabe mencionar que a universidade é um dos espaços em que não caberiam os negros (as), uma vez que culturalmente e historicamente há todo um mito fundante na sociedade ocidental, que atribui aos negros falta de capacidade intelectual e desempenho que a todo o momento, tendo estes que provar que são capazes de exercer determinada função (Munanga, 2004). Como bem destacado por Luiza Mahin (2015), “há espaços que é normal entre aspas ser negros então, o espaço da cultura, do esporte é onde se espera que se tenha pessoas negras, mas não na universidade, não no espaço acadêmico, não entre os professores, não entre os pesquisadores”. Consequentemente, não deveriam estar também em espaços de decisão, gerência e (ou) organização. E não são vistas/tidas como professoras!

As instituições escolares, bem como as organizações, se configuram como um palco de relações socioculturais no qual as

diferenças se fazem presentes e em constante negociação ora de confrontos, ora de conflitos (Dayrell, 2003). O espaço universitário, sendo um dos lugares “legítimos e privilegiados” na construção e propagação desse saber/poder, não se encontra isento dos interesses divergentes e lutas por status dominante. Pelo contrário, acaba por reproduzir “lugares”, “papéis sociais” e recriar lacunas entre saberes, ou quem tem a legitimidade para defender, ou não, uma determinada teoria.

Carvalho (2006) utiliza a expressão de “confinamento racial” para falar da “branquitude” que impera no espaço acadêmico, bem como a maneira pela qual as questões raciais são tratadas na universidade de modo arquitetado, de tal forma pouco questionado por aqueles (as) que nela transitam. Para ele, “a segregação racial no meio universitário jamais foi imposta no Brasil legalmente, mas a sua prática concreta tem sido a realidade do nosso mundo acadêmico, através de mecanismos que esse próprio mundo acadêmico cria e recria, e nem tem mostrado interesse, até recentemente, em desativá-los”.

Além da segregação racial, o gênero também configuraria esse lugar como um espaço de arbitrariedade e poder masculino. Consequentemente, os desdobramentos da dominação masculina e a “superioridade racial” coadunam com a relação entre poder e saber; assim como quem tem direito à fala e à assunção da mesma. Como bem destacado por Oliveira (2006), nas escolas, nas universidades e nos institutos de pesquisa, os conhecimentos são construídos tendo o homem branco, hétero e adultos como referencial de ser humano. Dessa maneira, não apenas alguns se apropriam de informações e conhecimentos em benefício próprio, mas apenas sobre alguns e por alguns são construídos os saberes.

Considerando as trajetórias aqui recortadas, é preciso mencionar as inúmeras investidas de modo a invisibilizar a presença de mulheres

negras na docência e na intelectualidade negra na academia. Nos estudos realizados por Laborne (2014) e por Teixeira (2003), notou-se que existem barreiras simbólicas que impedem a ascensão profissional para mulheres que ousam ingressar em carreiras masculinas. Na pesquisa aqui realizada, não foi diferente, ou seja, não se mostrou avanços significativos quanto à ausência de conflitos a partir da presença negra em espaços ditos de “branquitude” e “branquidade”.

Estamos lidando com trajetórias que saíram da “rota normal” do que se espera para esse perfil de mulheres negras professoras universitárias. Como se trata de um lugar outrora representado pelo universo masculino e branco, a ascensão na academia está relacionada a estereótipos constituídos ao longo de tempo na representação do masculino, como o forte, responsável etc, e a mulher como o sexo frágil, de menor poder de mando e organização, o que consequentemente faria com que as mesmas fossem preteridas para o comando desses cargos. Quando mulheres ocupam espaços como cargos de chefias em seus respectivos departamentos ou coordenações, seja nos grupos ou projetos de pesquisa, necessitam justificar a sua presença a todo o momento, comprovando sua legitimidade acadêmica e científica (Laborne, 2014; Reis, 2012).

Nós, professoras negras: Entre os estereótipos e as racialidades em disputa

Na academia e fora da mesma, há a ideia de um *ethos* pré definido daquilo que se considera um professor universitário, dado por certos atributos, como o jeito de vestir, andar e falar, enfim, toda uma concepção que desconsidera a negritude e a perspectiva da pluralidade de mulheres e pertencimentos culturais (Nascimento; Muller, 2011). A dimensão da estética entre o perfil de uma professora

universitária presume um controle dos corpos e, ao mesmo tempo, a presunção de como o outro deve se apresentar socialmente nos ditos padrões que a sociedade considera legítimos de uma docente se vestir. Tal postura revela de modo direto o desmerecimento quanto à corporeidade negra nos seus gostos e em sua postura, enfim, seu modo de ser e existir neste mundo.

As nuances relatadas pelas professoras negras investigadas nesta pesquisa fazem parte de uma discussão e de um contexto maior no qual cotidianamente enfrentam situações de racismo e sexismo, para além da posição que ocupam. O fato de ocuparem uma determinada posição no mercado de trabalho não as isenta de sofrer as mesmas ações vivenciadas pela maioria de mulheres negras que vivem na invisibilidade. Quando solicitadas a mencionar exemplos de discriminação e preconceito no ambiente de trabalho, todas as professoras disseram que é algo no interdito, mas, ao mesmo tempo, latente e reificado a cada manifestação de repulsa e (ou) expressões verbais e não verbais. Partem de atitudes indiretas, mas que deixam marcas explícitas de um racismo diretivo:

Na universidade, você vivencia um certo racismo muito mais, assim... velado. Dificilmente alguém vai gritar para você. Ninguém vai te xingar, é muito difícil. Nunca aconteceu comigo isso, nenhum tipo de xingamento [na universidade]. Então, eu acho que é uma coisa muito mais sutil. E por isso é uma coisa que você tem dificuldade até de apontar porque você não tem aquela coisa direta de ser. Tem aquela coisa mais comum, mais corriqueira (Jesus, 2016).

Esse mesmo racismo que poderíamos chamar de “racismo cordial”, que se encontra nas entrelinhas ou nas capilaridades das relações de poder, é regido por um código moral transvestido do politicamente correto, o qual se manifesta por atitudes de negação e estranheza quanto à aceitação de professoras negras nesse espaço dito hegemônico e de poder. Do mesmo modo, como a docente Luiza Mahin coloca na fala a seguir, o racismo existe e resiste, mesmo com

os *passings*⁴ que poderíamos adquirir como o título de doutor, ou a mudança de status econômico e (ou) classe social. Assim, as atitudes racistas não deixaram de acontecer por ser a academia esse espaço do “politicamente correto”. Como atitude de negação do outro, ele se manifestará tanto em relação aos professores quanto aos discentes e demais sujeitos que compõem este ou outro espaço na sociedade:

O racismo não deixa de existir porque tu tens um título acadêmico ou então porque tu passa a morar num lugar como esse aqui, como é esse prédio. Ainda se é um bichinho estranho. Então, você tem que lidar com essas situações e amparar outras pessoas. Eu às vezes me sinto bem amparando jovens. Por exemplo, uma aluna minha orientanda que se descobre negra nesse processo de fazer a sua monografia e ela veio com isso tudo e eu estou ali nesse sentido são os meninos de uns países africanos com outros contextos históricos de racismo vivenciados aqui em Fortaleza e por aí a fora. Eu, sentindo o olhar diferente por vezes comigo, como é essa coisa assim, de você tem que estar sempre se digladiando com essas coisas, sempre lidando com elas. (Mahin, 2015).

Comungamos com as discussões que ressaltam a escolarização como um dos caminhos para a emancipação política econômica, bem como para a autonomia. Situar essas mulheres negras em um universo de negações e desumanização de negros e negras e vê-las tornando-se professoras universitárias significa, sem dúvida, uma forma de “ascender” socialmente e também economicamente. Entretanto, não significa ficar livre da discriminação racial, uma vez que esta se dá no Brasil pela presença da pigmentação da pele, pelo formato do cabelo e pelos traços corporais, os quais não serão eliminados, independentemente da posição de destaque que as mulheres ocuparão.

Assim, embora a escolarização represente uma das vias importantes no quesito de inserção de grande parte da população no

⁴ Teixeira (2003), observa em suas pesquisas, que ao comparar as conquistas do negro no meio acadêmico e profissional por meio do título de doutor e professor universitário, isso representaria uma espécie de crachá ou passing que daria o “direito” a transitar por alguns espaços que ora não eram dito legítimo a presença dos mesmos. O crachá ou as “carteiradas” funcionaram assim, como um elemento de distinção entre os indivíduos.

mercado de trabalho, esta por si só não garante esse acesso e, sobretudo, não elimina as hierarquias e os dilemas raciais: o preconceito, a discriminação e o racismo. Ao evidenciarmos que a persistência do racismo sobressai mediante o título de doutoras ou a titulação de professoras em universidades públicas, nota-se que não se trata de questão de classe somente, mas da prevalência dos discursos com base em critérios fenotípicos, clarificando desde sempre que a questão racial ainda é relevante e vai levar um bom tempo para se tornar um tema não tão emblemático. Trata-se de uma revisão em todo o sistema de representar e constituir-nos pessoas humanizadas.

Levará tempo e deverá contar com uma reformulação profunda nos currículos de formação, mídias, no imaginário social, enfim. Sendo assim, atitudes de negação, discriminação e racismo não deixariam de ocorrer, uma vez que bem antes da questão de classe agora posta, trata-se de enfatizar que a raça, dentro da lógica de percepção e vivência, desde a organização brasileira, é o atributo que prevalece na balança de privilégios e condutas sociais. O que se observa é uma nova roupagem, ou outros critérios para negligenciar e deslegitimar a presença e o fazer de docentes negras.

O fato de “ascender socialmente” não nos privaria de passarmos cotidianamente por situações que nos diferenciam racialmente uns dos outros. Situações tão bem exemplificadas no cotidiano, por “confusões” ou por um “mal-entendido” entre considerar que toda mulher negra é a dona da casa e (ou) a empregada doméstica, como foi descrito pela docente Dandara. A mesma relatou que, ao chegar em seu apartamento, foi “confundida” pelo porteiro de seu condomínio, com a empregada doméstica, e não pôde usar o mesmo elevador que os demais moradores. E ela não poderia ser uma professora negra!

No que se refere à dimensão acima citada, sobre situações de preconceito e discriminação, Luiza Mahin destaca que tais atitudes se diferenciam entre universidades localizadas nas capitais e universidades no interior, uma vez que, em instituições situadas em cidades pequenas, as pessoas se habitam, se conhecem e reconhecem a identidade profissional que cada uma possui. Isso diminuiria as situações de constrangimento e discriminação racial. No entanto, “Quando tu é mais uma negra como qualquer outra”, vira alvo de suspeitas, piadas e discriminações. Mahin reforça essa constatação ao narrar a experiência de preconceito vivida na cidade de Fortaleza:

Eu nunca acreditei que a ascensão social te proteja contra o racismo. Muito pelo contrário, você está em espaços onde você não era para estar. Talvez se eu estivesse ali trabalhando na limpeza do prédio ou qualquer outra coisa assim, não suscitaria tantos olhares. Teve um momento que foi muito interessante, que eu uso até para fins das minhas... eu conversando com o motorista e ele me perguntou de onde eu era e eu falei “Rio Grande do Sul”, o que eu fazia, “sou professora” e tal. Aí o homem me escuta e daqui a pouco ele, no primeiro momento que o táxi parou no sinal, ele olhou para trás, olhou para mim e disse: “Engraçado, né, o mundo hoje está todo ao contrário”. E aí dessa frase dele, eu compreendi o quanto no imaginário social, eu sou uma negra, eu sou uma representação daquilo que está fora do seu lugar. Então, a minha profissão está fora do que é esperado para uma mulher negra: ser professora universitária (Mahin, 2015).

Na narrativa acima, bem como nas demais já elencadas, a máxima do “lugar” e “não lugar” é a roupagem na qual o racismo se manifesta de maneira direta, clara e ostensiva. Todos estes relatos aqui recontados nos fazem refletir sobre o racismo presente nas instituições de ensino superior (IES) e sua prevalência independente da condição de classe. Assim, embora muitos pesquisadores (as) considerem o peso da classe nas desigualdades entre os (as) brasileiros (as), a raça não pode ser desconsiderada nesse âmago de privilégios e desprestígio nas nossas relações sociais. Raça e racismo são desde sempre um dispositivo ancorado no fenótipo como

demarcador imediato, visível e hierarquizado estruturador e estruturante, ancorado mentalmente e materializado em ações concretas de segregação e discriminação de negros e negras, quer seja no racismo individual, quer seja no racismo institucional.

Além da ausência “consentida e naturalizada” de negros e negras no ensino superior como intelectuais e pesquisadores, a dimensão do racismo no que tange a negação desse sujeito não branco como capaz de criar pensamentos outros, foi relatada por todas as docentes entrevistadas. O racismo corresponde à negligência de um conhecimento sobre o povo negro, sua história, suas maneiras de construir e depensar o mundo para além da cultura eurocêntrica e ocidental. Por outro lado, revela também uma não aceitação da assunção de pesquisadoras negras enquanto produtoras e criadoras empiricamente e teoricamente. A “dificuldade” em dar visibilidade às mulheres negras pensando e escrevendo sobre si, que tecem no cotidiano e na academia a construção de um conhecer que se materializa nas experiências vividas e na curiosidade de conhecer-se a si e seus ancestrais, saberes estes tão ausentes nos livros didáticos e nos recursos midiáticos.

Dentro da universidade a gente vai enfrentar, não tanto pela questão do gênero, de ser mulher. Porque ser mulher e ser professora parece que já vem algo já de tempos, como se não fosse um lugar deslocado, uma mulher ser professora. Agora, uma mulher negra ser professora, eu não estou falando de qualquer professora, eu estou falando de professora de nível superior. Então, os embates que eu vejo mais... é a invisibilidade. Da gente ter dificuldade de sobressair na universidade como lugar de pensamento. São mentalidades que eu possa forjar, é a inteligência. Então, essa inteligência vai ser boicotada, ela não vai sobressair. E é por isso que eu digo dos embates e dos limites, é você ser abafado desse pensamento negro, desse pensamento que era o que eu queria levar no meu trabalho. Então, meu trabalho como acadêmica é um desafio que eu vou pensar, é quando ele vai ser tornado invisível, massacrado, o meu pensamento, a minha inteligência. O meu desafio é como fazer validar uma inteligência negra um modo de pensar o mundo negro, o como dizer nessa sociedade que as desigualdades raciais elas

são um grande problema social que é de todo mundo então, é aí onde eu vou sofrer, eu vou ser barrada, e tocada. De dizerem assim: **reconhece o teu lugar que tu está aqui por obra e graça do destino, mas tu não tem um pensamento, que tu não vai conseguir tocar esse pensamento hegemônico** (Dandara, grifos da autora, 2015).

Analisando a última fala da passagem acima, a ideia de “reconhece o teu lugar”, é também a máxima visão já explorada anteriormente, sobre a negligência em “aceitar” a presença de negros e negras no espaço acadêmico, ou, dito também de outra forma: “como você conseguiu entrar aqui?”, “aqui não é o seu lugar”, “você deveria estar nos lugares que desde sempre foram reservados a sua condição de mulher e mulher negra: cuidando, servindo, trabalhando em condições deploráveis, sem um salário digno para sobreviver e não neste espaço público e institucional”.

Existiria um código simbólico que ditaria de antemão os limites de presença e tolerância de negros e negras na esfera pública. Podemos ir até determinados espaços, porém, ultrapassar ou estar em “espaços de prevalência branca” seria fugir de todo o propósito já criado e cristalizado, devendo, pois, mostrar a sua capacidade para estar ali e ser aceito pelos demais. Como ressaltado por Preta Zeferina: “toda hora aqui [na universidade], que um negro se projeta alguma coisa isso, resulta numa ameaça enorme. Parece que o mundo vai desabar porque realmente vai produzir deslocamento de lugares e isso não se quer, querem que permaneçam tudo como está”. E não somos professoras?

Espera-se que tenha negros em determinados espaços, mas não nos espaços das universidades. Toda construção cultural e histórica nos leva a sempre reproduzir padrões sociais que nos coloquem sempre na posição de subalternos, como, por exemplo, a escolarização domesticável, o não direito à fala e à expressão, dentre tantos outros exemplos (Hooks, 2015). O que nos levaria a crer que não teríamos a

capacidade de assumir cargos de comando dentro das instituições.

Para além do racismo, o que significa ser professora: A pedagogia por/para o afeto e por/para o pertencimento

Para além do racismo, contrariando as “normas” e os “lugares”, cada professora negra aqui interpelada, marcada por suas individualidades/subjetividades e enegrecimentos, realiza um trabalho educativo e formativo, que parte de princípios epistemológicos e criativos nos quais a construção do conhecimento se dá mediante a relação de pertença e pertencimento étnico. Além disso, criam um arcabouço de possibilidades efetivas na propagação do saber compartilhado, inteiro e agregador. Um claro exemplo disso é a própria perspectiva da Pretagogia, um conceito epistemológico, prático e contextual, que revela a prática docente inaugurada e desenvolvida pelas docentes Carolina Maria de Jesus, Jovelina Pérola Negra Costa e Antonieta de Barros. Como bem destacou Rebeca Alcântara, dentre os vários aspectos que inspiram a Pretagogia:

É o reconhecimento que não pesquisamos apenas com a razão, porém, com o corpo todo, ou seja, **o corpo pensa**. Imprescindível para a sociopoética a noção de que não é possível separar a razão, emoção, intuição e sensação. Por isso ela usa técnicas artísticas para possibilitar a construção do conhecimento através dos cinco sentidos: artes plásticas, teatro nas suas mais variadas expressões, esculturas em argila, atividades associando ideia a partir de cheiros, sons, sensações táteis, sabores. A ideia é provocar estranhamento para produzir o novo ou dados não aparentes, geralmente encontrados em investigações mais convencionais (Alcântara, 2005, p. 23, grifos da autora).

Ao longo da construção do projeto de pesquisa e da própria de mestrado e doutorado, Antonieta de Barros, Jovelina Pérola Negra, Carolina Maria de Jesus e demais educadoras pesquisadoras aqui interpeladas buscaram romper com a ideia de uma ciência fixa,

neutra, descolada da realidade e dos sentidos da vida, passaram e ainda passam por dilemas de serem mal compreendidas nesse processo de construção de saberes e novos dizeres. Como ressaltou Antonieta de Barros (2015), a universidade ainda não está preparada para descolonizar os espaços do saber/poder, de modo que ainda é desafiador e às vezes um trabalho de “formiguinha”, aglomerando e fortalecendo grupos dentro e fora do espaço acadêmico.

A relação com a militância negra iniciada antes da entrada no mundo acadêmico como docente efetiva marca profundamente o olhar e a questão política como cada uma vai lidar com a problemática racial e o racismo em sua dimensão frontal. É uma construção de resistência, que segue em formação durante todo o processo de relação com os demais indivíduos, portanto, não termina, ao passo que o racismo não deixaria de existir mesmo que haja mudanças qualitativas nos quesitos social e econômico.

Aqui, além da aquisição do conhecimento teórico durante suas respectivas carreiras acadêmicas, o saber da experiência e as experimentações realizadas nos vários espaços de lutas concretas fortemente articuladas à realidade, são reforçadas e retroalimentam suas ações docentes. Neste sentido, cada vez mais relacionadas com as pautas sociais, conseqüentemente, foram formando e consolidando, em suas trajetórias, uma forte ligação com tais temáticas, problematizando as mesmas dentro e fora da academia. E somos professoras negras!

Experiências significativas, que perpassaram tanto a trajetória pessoal de se reconhecerem como negras em um contexto de negação e desigualdades, tanto em suas trajetórias profissionais, no que tange a busca de uma identidade e legitimidade como professoras e intelectuais negras. Assim, muito mais do que integrar um *ethos* já consolidado, quando passam a fazer parte do corpo

docente de uma instituição pública do ensino superior, priorizam a busca pelo respeito e a criação de um conhecimento prático e politicamente engajado com as adversidades de seu povo, de sua historicidade, desmistificando discursos ainda embutidos na lógica da democracia racial. E somos professoras negras!

Esse vínculo entre o que é vivido e o que é teorizado foi denominado por Filipa do Pará como um “afeto por pertencimento”, ou uma consciência de qual lugar negros e negras ocupamos na sociedade e como isso pode ser questionado e repensado dentro das universidades. Como ela destacou, não são todos os pretos (as) que estão preocupados em pautar discussões sobre a questão racial, assim como nem todos teriam esse “afeto” e (ou) uma consciência individual e coletiva capaz de compreender o significado de ser professor (a) negro (a) em uma sociedade historicamente racializada.

Muito mais do que uma militância teórica, trata-se também de uma corporeidade de mulher negra, claramente expressa nas atitudes, falas e presença preta na universidade, contribuindo, assim, para a criação de espaços de representatividade e construções coletivas de enfrentamento racial e de gênero. Trata-se de mulheres que desde cedo tomaram consciência de sua condição a partir de experiências de racismo vivenciadas nos mais distintos espaços e também de toda a herança ancestral negada, quer seja pelo preconceito, discriminação, machismo e sexismo; e que, portanto, caberia um novo jeito de viver e resistir partindo da lógica do não conformismo e aceitação dos “espaços colocados”. Um inconformismo que leva a ações concretas que subvertem a lógica das opressões vividas pela maioria dos seus ancestrais. Assim, o perceber-se negro (a) é também perceber-se em luta diária não só em defesa de si, mas de toda a coletividade.

Para continuidade de reflexões: Algumas considerações

Especificamente, dada a realidade e o recorte para a pesquisa ao falar de docentes negras e doutoras, nota-se, ao mesmo tempo, duas facetas: as rupturas e os enfrentamentos cotidianos. O título de doutora, de certa forma, lhes conferiria autonomia de poder trabalhar com assuntos pelos quais sempre se interessaram, adquirindo bolsas de financiamento de pesquisas junto aos órgãos de fomento, como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os editais próprios de cada universidade. Porém, a partir do momento em que se tornam “doutores (as)”, passam a pensar e a reivindicar “coisas” que até então não tinham possibilidades de projeção, como, por exemplo, ter um projeto aprovado, adquirir bolsas de pesquisa, intervenção, criação de grupos de pesquisas, enfim, uma aparente liberdade e autonomia no pensar e agir.

Dito isto, mulheres na academia, ou mulheres negras afrontando o espaço acadêmico, são capazes de fomentar novas resistências em jovens mulheres e negras, mediante a corporificação do que lutam, dizem e vivem e isso quer queira, quer não, em algum momento é exposto por seus colegas de trabalho como algo estranho, que não deveria estar ali como temática, discussão e (ou) problematização no espaço acadêmico.

Neste sentido, ao discutir a presença de mulheres negras nas universidades, é importante destacar que tais docentes, contrariam a lógica das privações e negações culturalmente inscritas em seus corpos e mentes. Trazem uma ruptura também para o pensamento epistemológico sobre os ditames da negritude, gênero e ciência. Passam a atuar no universo investigativo, construindo novos

conhecimentos, pautados em uma ciência antirracista, antissexista e anti homofóbica e fazendo valer seus achados bem como suas pesquisas, em primeira pessoa, e não como objetos de pesquisa. Como sujeito, ele mesmo é legítimo para dizer sobre si em primeira pessoa e não ser citado por outrem. Estas reconhecem a dimensão política e identitária que suas presenças reelaboram e problematizam a meritocracia, a branquitude, os privilégios raciais e de gênero, assim como os recortes: faixa etária, origem social, estado civil dentre outros, que em conjunto dizem sobre si, suas histórias, trajetórias e agenciamentos. Enquanto professoras, pesquisadoras e intelectuais negras, transitam e trazem reflexões para aqueles com as quais convivem diretamente nas suas ausências e (ou) presenças, o que contribui conseqüentemente, para se pensar a diversidade, as oportunidades e a democratização dos espaços. Além disso, questionam as máximas como o que é ser uma professora universitária. As contribuições teóricas e o fazer científico de mulheres negras de uma ciência “encarnada”!

Por fim, há de haver espaços de fortalecimento, encorajamento e espelhamento também. Uma vez que crescemos diante espelhos que não refletem a nossa condição de ser e poder ser mais, há uma necessidade efetiva de outros nós de mãos dadas, não atadas, seguramente seguras, para enriquecer nossas caminhadas de coragem e afeto. Pensar nossas trajetórias, rever os momentos de recusa e não aceitação, faz de nós, docentes negras, sensíveis demais para sermos apenas professoras. Aqui falo de uma docência encarnada na dor de muitas de nós (e as nossas próprias), e o significado/sentido de nossas travessias para nossas irmãs e irmãos de cor. Pedagogia por afeto? Pedagogia de engajamento? Pedagogia da Indignação? Pedagogia da Exaltação? Pedagogia da Proposição? Sim, nós somos professoras!

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. **UnICEUB, FACJS** Vol. 2, N.1/2007. ISSN 1980-8887 Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/pade/article/view/144/133>
Acesso em: 20 de jun. 2019.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GOMES, Verônica M. S. **Indivíduos “fora do lugar”: o caso dos (as) docentes negros (as) nas relações de trabalho na Universidade de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília-UnB. Brasília, 2003.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 10 junho 2019.

LABORNE, A. A. de P. **Por essa porta estar fechada, outras tiveram que se abrir: identidade racial negra, branquitude e trajetórias de docentes da Educação Superior**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Usos e Sentidos**. Cidade: Autentica, 2004. p. 93 .

NASCIMENTO, Cleonice Ferreira do, MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. A influência da cor/raça na trajetória profissional de professoras negras. Salvador: 2011, **Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, 2010. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1305571082_ARQUIVO_Ainfluenciadacor-racanatrajetoriaprofissionaldeprofessorasnegrasTrabalhoCompleto.pdf Acesso em: 05 de jun. 2019.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher negra professora universitária: Trajetória, conflitos e identidades**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

TEIXEIRA, Moema De Poli. **Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Mulheres negras e professoras no ensino superior- as histórias de vida que as constituíram. 35ª Reunião da Anped. GT 21. **Educação e Relações étnicas raciais**. Porto de Galinhas: 2012. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2187_int.pdf Acesso em: 10 de jul. de 2019.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. **O romper do silêncio: história e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das Universidades Públicas do Estado de São Paulo**. Tese Doutorado em Educação. Faculdade Educação. Universidade de São Paulo. USP, 2001.